

Relato de uma experiência interdisciplinar no âmbito do curso de educomunicação da ECA/USP – avanços e desafios

Lucilene Cury

Carmen L. M. Gattás

Introdução

A comunicação é uma das armas mais antigas que a humanidade utiliza para multiplicar suas ideias, transformando-as em ações. Bem antes da ação das mídias para informar e transformar as práticas humanas, há milhares de anos, quando os *homo sapiens* dispunham somente do grunhido para se comunicar, outros processos permitiam aos homens, por exemplo, o registro de pinturas rupestres nas paredes das cavernas em que habitavam. Os traços também expunham o cotidiano dos primeiros humanos, como as tecnologias que ainda podem ser conferidas nas cavernas de Altamira, na Espanha, ou de Lacroix, na França. Ao considerarmos essa primeira comunicação que temos referência, podemos atribuir outras novidades revolucionárias, como a escrita cuneiforme, fixada em tabulas de argila, e os hieróglifos em papiro e pergaminho. Depois,

tivemos a comunicação através do papel impresso, do rádio, da TV e atualmente pela Internet. Embora na atualidade as mudanças ocorram quase imediatamente, foram necessários milhares de anos para que cada avanço citado fosse superado por outro ainda mais inovador. Hoje,

“(...) a comunicação transformou-se em dimensão estratégica para o entendimento da produção, circulação e recepção dos bens simbólicos, dos conjuntos representativos, dos impactos materiais – afinal estamos falando, também, de uma indústria que faz computadores, vende celulares, televisores de alta definição etc. Tal conjunto de sistemas e processos está provocando profundas transformações sociais, de algum modo promovendo impactos diretamente na vida dos homens e mulheres do nosso tempo, quer velando, quer revelando ou desvelando informações e conhecimentos.” (CITELLI, A., 2010)

A expressão Educomunicação, pode ser definida como um neologismo, que a rigor pretende aproximar as relações entre educação e comunicação, colocando educadores diante de comunicadores para ampliar o conhecimento sobre as mídias, com o propósito de criar ecossistemas comunicativos. Os ecossistemas são construções intencionais, que dependem da vontade política dos sujeitos em organizar o ambiente, disponibilizar os recursos, optar por desenvolver uma prática específica de comunicação, formando um ambiente por onde circula o fluxo de informação e o conhecimento em rede, por onde os relacionamentos acontecem (SOARES, 2002).

Para a Biologia, a noção de ecossistema inclui tanto fatores bióticos (vivos: animais, plantas, bactéria entre outros) quanto abióticos (ambiente físico) inter-relacionados dinamicamente. Pode ser considerado como o conjunto dos relacionamentos mútuos entre os seres vivos e o meio ambiente. No ecossistema, acontecem trocas e ele está em contínuo dinamismo; não é determinado por seu tamanho, mas por sua estrutura e seus padrões de organização. Jesús Martín-Barbero (2000) quem articulou o conceito de ecossistema

comunicativo, não apenas conformado pelas tecnologias e meios de comunicação, mas também pela trama de configurações constituída pelo conjunto de linguagens, representações e narrativas que penetra na vida cotidiana de modo transversal (SARTORI & SOARES, 2005).

O que diferencia o ecossistema educutivo de outros é que ele tem por princípio assegurar direitos iguais aos sujeitos para uso das tecnologias e garantir uma comunicação transversal entre grupos e comunidades. Seu propósito é sobretudo ampliar as formas de expressão de todos, utilizando para isso o planejamento e a gestão dos recursos e processos que envolvam o falar e o expressar-se.

O encontro da comunicação com a educação, escoimadas, de um lado, dos desvios tecnofuncionais e, de outro, das reduções operativas e reguladoras tão presentes em procedimentos estritamente transmissivos, pode acontecer segundo andamentos dialógicos que desencadeiam as relações intersubjetivas e os jogos coenunciativos. É deste encontro de sujeitos à busca da significação do significado, momento particular de ativação dos princípios da reciprocidade, ou da retroalimentação, que os atos comunicativos ganham efetividade, conquanto sustentados por mediadores técnicos ou dispositivos amplificadores do que está sendo enunciado. (CITELLI, 2010)

Embora o campo educativo tenha se desenvolvido e promovido diversas experiências para colocar em prática a educação ambiental, faltou a esse processo uma reflexão sobre os seus fundamentos e sobre as suas implicações na prática educativa (GATTÁS, 2015). A comunicação entendida como um direito humano, implica em um campo público, de lutas sociais, em oposição à visão privada, tecnocrática, onde seus promotores são proprietários ou especialistas.

Nesse sentido, o direito à comunicação vai além do direito à liberdade de expressão e da difusão de informação, englobando também as esferas do acesso aos meios de produção e compartilhamento de informação (BRIANEZI, 2012).

Assim sendo, a inter-relação Educação Ambiental e Educomunicação vem contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com a causa ambiental, capazes de intervir na vida social a partir de uma abordagem crítica que leva em consideração o tripé: desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto.

Um dos propósitos da criação da disciplina Educomunicação Socioambiental foi poder garantir a continuidade das pesquisas em vários âmbitos do conhecimento, envolvendo as inovações científicas e tecnológicas, de modo a não perder de vista a complexidade ambiental para um desenvolvimento sustentável. Diferentes áreas do conhecimento têm se relacionado nessa disciplina, dado ao fato da disciplina ser optativa, o que possibilita inovar estratégias pedagógicas, alimentando a reflexão crítica e a ação transformadora, com o objetivo de solucionar problemas e apresentar melhorias à qualidade de vida para um futuro sustentável.

“Em concordância com Giddens, aposta-se na ideia de que o maior investimento para uma mudança do paradigma desenvolvimentista industrial para um paradigma voltado à vida, em sintonia com a Natureza, está no tripé básico da Universidade: Educação; Pesquisa Científica e Extensão. Trata-se da busca de soluções para os problemas ambientais, a médio e a longo prazos, considerando o processo educacional com vistas à necessidade de proteger a vida daqueles que ainda não nasceram” (CURY; IMBERNON; GATTÁS, 2014).

O projeto apresentado, para a criação da disciplina Educomunicação Socioambiental, usou como base o Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (MMA, 1992) e a Agenda 21 Global (Portal MEC, 2000), com a finalidade de justificar a visão integradora que busca solução para a degradação ambiental, a injustiça social e os conflitos étnicos como problemas interdependentes, numa busca por uma Educação que desenvolve habilidades necessárias para a educação do sujeito. Além disso, o ensino/aprendizagem é indispensável para modificar atitudes e valores para a resolução de problemas. Diante da enorme quantidade de problemas e uma grande complexidade socioambiental no que concerne ao uso e ocupação dos espaços, dos serviços,

da qualidade do ar, do abastecimento de água e esgotamento sanitário, entre outros, cabe à Universidade criar um espaço de reflexão entre estudantes, funcionários, professores e comunidade local, de forma que o ensino, a pesquisa e a extensão possam, de forma integrada, trabalhar com os 17 objetivos e as 169 metas de desenvolvimento sustentável, de acordo com a agenda 2030, para levar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Universitário, de modo a atingir a sociedade em geral.

No que se refere à atuação nas escolas brasileiras, é importante destacar a existência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), oficialmente instituída em 20 de setembro de 2017 (MMA). Em recente tese de Doutorado defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2018), a autora – Sandra Pereira Falcão – apresenta importantes informações sobre o a BNCC, em seu eixo Ciências da Natureza. Dentre eles: o propósito geral de ação no eixo Ciências da Natureza – Ensino Fundamental - pode ser resumido no compromisso com o desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências. O Ensino Médio contará com os mesmos princípios pedagógicos que serão ainda melhor detalhados em virtude das alterações sofridas por esse nível de ensino, que exige mais tempo para esse detalhamento. Segundo a autora: “revalorizar o letramento científico no âmbito da ecopedagogia parece-nos decisão capaz de contribuir significativamente para a geração de cuidado socioambiental” (Tese de Doutorado, 2018; p. 163).

No contexto dessas ideias sobre a “ecopedagogia” acima citadas, volta-se agora um olhar sobre a consciência ecológica, tal como ela é pensada por Edgar Morin, em: *O Ano I da Era Ecológica* (2016), onde ele a apresenta como a consciência de que o ambiente é um ecossistema, uma totalidade viva e auto organizada por si própria, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de rejeitar a visão do mundo objeto e do homem insular, contrastando com a ideologia ocidental desde René Descartes, do homem como sujeito, num mundo de objetos, que, segundo ele, é necessário inverter. Afirma então: “na minha opinião, a nova ecologia generalizada, ciência das interdependências, das interações, das interferências entre sistemas heterogêneos, ciência para lá das disciplinas

isoladas, ciência verdadeiramente transdisciplinar, deve contribuir para essa superação”. (p. 21)

Dessa forma, com base em tais princípios, pensou-se no trabalho a ser realizado na disciplina Educomunicação Socioambiental, no âmbito da licenciatura em Educomunicação da ECA/USP.

Aproximação entre Educação Ambiental e Educomunicação

A educação ambiental se desenvolve a partir da década de 70, sendo marcada pela Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972). Nesse início a educação ambiental era politicamente conservadora, baseada na ciência ecológica, com uma abordagem ambientalista e pedagógica “conservacionista”. A visão ecológica defendia

“a demarcação de áreas de conservação nas quais os seres humanos não estariam inseridos, sendo seus referenciais a ciência ecológica (CARVALHO, 2011; LOUREIRO, 2012b) ou da ecologia biológica (REIGOTA, 2017). Entretanto, para tratar das questões ambientais, é fundamental inserir o elemento humano na discussão, sendo necessária a sociologia e a antropologia como componentes a somar as intervenções ambientais devidas (CARVALHO, 1998; 2011). Educação Ambiental não trata apenas dos aspectos biológicos da vida, mas da análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza (REIGOTA, 2017).

Em 1977, a Política Nacional do Meio Ambiente foi influenciada pela Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi, na Rússia, sendo um marco conceitual definitivo da educação ambiental, principalmente em função dos resultados da Conferência que inaugurou uma proposta de produção do conhecimento ambiental por meio de métodos interdisciplinares e pelo princípio da complexidade, articulando natureza, técnica e cultura. Essa Conferência foi um grande marco com a apresentação de uma visão crítica da realidade, demonstrando que a causa primeira da atual degradação ambiental possui sua raiz no sistema cultural da sociedade industrial, cujo paradigma norteador da estratégia desenvolvimentista está pautada pela visão de mercado

que é de curto prazo, competitiva, unidimensional, utilitarista e economicista (LAYRARGUES, 2012, p. 90).

Na América Latina, paralelamente a esse avanço na educação ambiental, o processo comunicativo que na prática reúne a educação e a comunicação, já se notavam mudanças em alguns setores populares, onde os espectadores passavam a reivindicar o papel de protagonistas e não de meros ouvintes. Influenciados por movimentos de redemocratização e diante da derrubada dos governos militares, passavam a querer participar ativamente falando e sendo ouvidos. Nesse sentido, podemos dizer que a Educomunicação surge como uma alternativa de comunicação na América Latina, como um meio de resistência ao Regime Militar da época (REVBELA, 2015). Várias ONGs surgem durante essas duas décadas, utilizando-se da imprensa também como forma de engajamento da reforma da sociedade em geral.

Várias conquistas ocorreram também, graças aos chamados Estudos Culturais, que fortaleceram um novo paradigma de comunicação, com um modelo “dialógico e recíproco, no qual o acesso e a participação tornaram-se fatores essenciais” (MATTELLART, 2009). Neste modelo o direito humano à comunicação passou a ser reconhecido, embora a sua garantia dependesse das políticas públicas de comunicação e cultura que no período de hegemonia neoliberal e de consolidação dos conglomerados econômicos, nas décadas de 1980 e 1990, são deixadas de lado e pouco tenha sido feito em relação à sustentabilidade (MATTELLART, Op. Cit).

A resistência também se dava na área da comunicação, quando em 1996 um grupo de professores interessados na inter-relação entre Comunicação e Educação, coordenados pelo Prof. Ismar Soares¹, realizaram o *Projeto Perfil* no Núcleo de Comunicação e Educação - NCE/ ECA/USP – junto a especialistas de 12 países da América Latina para saber o que pensavam os coordenadores de

1) Ismar Soares, Professor Titular Sênior da Universidade de São Paulo. Jornalista responsável pela revista Comunicação & Educação, da ECA/USP, desde 1994 até a presente data. Coordenou, de 1996 a 2014, o NCE- Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP. Atualmente, preside a ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação.

projetos na área e qual o perfil dos profissionais que trabalhavam nesta inter-relação. Como resultado descobriu-se um novo campo, a educomunicação, entendido como “espaço que membros da sociedade se encontram para implementar ecossistemas comunicativos democráticos, abertos e participativos, impregnados da intencionalidade educativa e voltados para a implementação dos direitos humanos, especialmente o direito à comunicação” (<https://www.usp.br/nce/onucleo/> pesquisa realizada em 12/02/2018).

O termo Educomunicação passou a ser utilizado para designar não apenas esforços em torno de uma “leitura crítica” das mensagens midiáticas, mas também nas ações que compõem o complexo campo da inter-relação Comunicação e Educação. Neste sentido, podemos dizer que nos anos 70 e 80 a Educomunicação surge como movimento em prol da cidadania. Segundo o Fórum Social Mundial, isto aconteceu com *“a multiplicação de centros de documentação da cultura popular, em vários países da América Latina, que propunham uma comunicação alternativa como forma de resistência aos regimes autoritários do continente”* (FSM, 2004). A prática da educomunicação tem início fora do campo do ensino formal, nasce na militância, através de processos políticos e ideológicos, em prol da cidadania.

Logo após o relatório final do Projeto Perfil, em 1999, Ismar Soares apresentou academicamente o termo, que ele batizou de Educomunicação, sem criar uma nova área de conhecimento, mas tentando legitimar práticas dos comunicadores populares e sistematizar o movimento social em torno do que até então também era chamado de comunicação/educação ou inter-relação comunicação e educação. Soares, então, disse que existe um campo emergente de intervenção social cuja prática é realizada por alguém denominado “educuidador” (FREITAS, 2015).

A educação ambiental no Brasil, aproximou-se da educomunicação no final do século passado, com a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), através do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Nessa perspectiva, a educomunicação foi entendida como “implementação de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral o planejamento, a criação e

desenvolvimento de ecossistemas educativos mediados por processos de comunicação e pelo uso das TICs” (SOARES, 2001), que estimula a educação ambiental a ocupar espaços de comunicação para sobretudo ajudar na construção de uma sociedade sustentável.

Compreendemos, neste sentido, a educomunicação como ferramenta de educação ambiental através da articulação entre os processos educativos e as novas tecnologias da informação e comunicação (FREITAS, 2015).

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (BRASIL, 1999) cria uma série de recursos para a educação ambiental através de temas transversais. Porém, só em 2005, por meio de consultas e de um grande debate, decidiu-se sobre a aplicação do conceito de educomunicação no âmbito das ações do MMA. E assim, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), toma a educomunicação como construtora, gestora e difusora do conhecimento a partir da experiência da realidade socioambiental de diferentes localidades. O ProNEA, encarregado da articulação de ações de comunicação para a educação ambiental, optou pela interdisciplinaridade, integrando-se às diversas realidades sociais e aos saberes acadêmicos, populares e estudantis, adotando a Educomunicação Socioambiental como uma das linhas de ação do Programa. Desta forma, a educomunicação passa a ser:

Uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que cuida da articulação de ações comunicação para a Educação Ambiental. Em atendimento à lei 9795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, esta linha de ação tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdos e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade. (MMA, Educomunicação, 2008)

Por meio do ProNEA ampliaram-se as discussões construindo-se um programa de comunicação ambiental na perspectiva da educomunicação. O fato da educomunicação ter como objetivo a criação e o desenvolvimento de “ecossiste-

mas comunicativos”, foi possível promover o acesso democrático aos meios de comunicação e incentivar a sua disseminação para que qualquer pessoa pudesse ser usuária e provedora de comunicação. A partir da aplicação do conceito de Educomunicação pelo MMA, a educação ambiental avança da condição de espectadora para a condição de produtora de comunicação, podendo expressar-se para um número cada vez maior de pessoas.

A Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA (SÃO PAULO, 2014a), esclarece que:

A Educação Ambiental, direito de todos, é um componente essencial, autônomo e permanente da educação e da cidadania, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis, modalidades e etapas do processo educativo e da gestão pública, em caráter formal e não formal, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la de forma integrada em seus projetos institucionais e pedagógicos e nas Normativas Institucionais (SÃO PAULO, 2014a).

Porém, os movimentos sociais e os estudos acadêmicos, servindo como resistência, contribuíram para inserir a educação ambiental e a educomunicação nos parâmetros curriculares nacionais tendo o meio ambiente como um dos temas transversais com a função de formar cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar e com a sociedade local e global.

O século XXI, aos poucos, reconheceu a comunicação como um direito humano fundamental e que sem ela não há garantia do direito à saúde, alimentação, moradia, trabalho, educação ou meio ambiente. Desta forma, entender a comunicação como um direito humano significou reconhecer que ela é imprescindível para a realização plena da cidadania. Portanto, fazer educomunicação socioambiental é defender um modelo civilizatório que se fundamenta na sustentabilidade, onde as informações tornam-se acessíveis e educativas.

Na cidade de São Paulo a Educomunicação torna-se Política Pública nas Escolas Municipais em 2005, criando na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) o programa *Nas Ondas do Rádio*, que implementou em 2015 a for-

mação em *Educomunicação Socioambiental* para professores, coordenadores e diretores do Ensino Infantil, Fundamental I e II. Nesse sentido, a partir dessas conquistas, podemos dizer que os movimentos sociais e os estudos acadêmicos contribuíram para inserir a educação ambiental e a educomunicação nos parâmetros curriculares nacionais como temas transversais, além de ser colocada em prática por meio de projetos comprometido com a vida, com o bem estar e com a sociedade local e global.

Experiência Pretérita – Educomunicação

-20 anos de atuação

- Educomunicação Socioambiental – 4 anos na Licenciatura em Educomunicação – ECA/USP
- Educomunicação como Política Pública desde 2004 (Lei nº 13.941)
- Educomunicação na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – SME, na formação de professores, desde 2006
- Educomunicação Socioambiental na SME, Programa Nas Ondas do Rádio, 2014 – 2016

PROJETO / ANO	PARTICIPANTES	RESULTADOS
Pesquisa Perfil 1997 -1999	178 especialistas de 12 países da América Latina	Educomunicação
Educom.rádio 2001 - 2004	2 mil professores de 455 escolas da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo	Formou uma equipe de 200 especialistas, implementou uma rádio escolar em cada uma das 455 Escolas Municipais
Educom.rádio Centro Oeste 2005 - 2006	2.500 entre professores e alunos	Produção radiofônica de 70 escolas da Região Centro Oeste (MT, Ms e Go)
Educom.TV 2002 - 2003	2.243 professores da rede estadual de São Paulo	980 projetos interdisciplinares
Educom.Geração Cidadã 2005 - 2006	2 mil jovens de seis municípios da Região Metropolitana de São Paulo	Produção de blogs e programas de rádio
Educom.JT 2007 - 2008	Professores das Escolas Municipais, especialistas entrevistados e o NCE	80 aulas publicadas no Jornal da Tarde
Mídias na Educação 2005 - 2009	Curso em parceria com o MEC e a UFPE para 5.000 professores	O NCE produziu quatro módulos do curso, referentes à mídia rádio, formando 4897 professores
Licenciatura Educomunicação - desde 2011	Alunos da ECA/USP	3 turmas de Licenciados
Total - 20 anos	14.141 na maioria professores	

Número de projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA/USP

PROJETO / ANO	PARTICIPANTES	RESULTADOS
Pesquisa Perfil 1997 -1999	178 especialistas de 12 países da América Latina	Educomunicação
Educom.rádio 2001 - 2004	2 mil professores de 455 escolas da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo	Formou uma equipe de 200 especialistas, implementou uma rádio escolar em cada uma das 455 Escolas Municipais
Educom.rádio Centro Oeste 2005 - 2006	2.500 entre professores e alunos	Produção radiofônica de 70 escolas da Região Centro Oeste (MT, Ms e Go)
Educom.TV 2002 - 2003	2.243 professores da rede estadual de São Paulo	980 projetos interdisciplinares
Educom.Geração Cidadã 2005 - 2006	2 mil jovens de seis municípios da Região Metropolitana de São Paulo	Produção de blogs e programas de rádio
Educom.JT 2007 - 2008	Professores das Escolas Municipais, especialistas entrevistados e o NCE	80 aulas publicadas no Jornal da Tarde
Mídias na Educação 2005 - 2009	Curso em parceria com o MEC e a UFPE para 5.000 professores	O NCE produziu quatro módulos do curso, referentes à mídia rádio, formando 4897 professores
Licenciatura Educomunicação - desde 2011	Alunos da ECA/USP	3 turmas de Licenciados até final de 2017
Projeto: A ECA e a EACH em união para a sustentabili ... 2014	Alunos da USP	3 turmas até final de 2017
Total - 20 anos	14.141 na maioria professores	

A Educomunicação como um campo teórico-prático que propõe intervenção, visa a democratização da comunicação e da educação ambiental, já que estas possuem diversos princípios em comum, como o incentivo à participação e ao protagonismo infanto-juvenil, a inclusão, a criatividade, a leitura crítica, a experimentação e a aposta nas formas colaborativas de produção e partilha de conhecimentos. Não por acaso, portanto, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento que nasceu na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), aborda com destaque a necessidade da democratização dos meios de comunicação. Outros documentos também consolidaram várias metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos 90, chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo, e atualmente a adoção da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, desenvolvida durante a Rio+20.

Projeto A ECA e a EACH em União para a Sustentabilidade na USP

Na Universidade de São Paulo (USP), a Superintendência de Gestão Ambiental (SGA) lançou em 2013 o Programa de Incentivo à Sustentabilidade da USP, com o intuito de apoiar projetos promotores da educação ambiental para construir de forma participativa uma universidade sustentável, como modelo para a sociedade brasileira.

O projeto “A ECA e a EACH em união para a sustentabilidade na USP”, do Departamento de Comunicações e Artes (CCA), foi um dos projetos aprovados pela SGA em 2013, onde se realizou uma parceria entre a ECA e a EACH. Em decorrência a problemas de financiamento, o valor que financiaria essa parceria não foi repassado conforme o edital, desta forma, pôde ser realizado apenas uma parte do projeto onde se fez pesquisa, realizou-se um Simpósio e sobretudo foi criada a Disciplina Optativa ‘Educomunicação Socioambiental’, na Licenciatura em Educomunicação, tendo início em março de 2014. Embora essa Disciplina Optativa tenha sido aberta numa parceria entre a ECA e a EACH, também participaram dela alunos da FEA, IO, BIO, POLI, FFLCH, entre outros, possibilitando a troca de saberes. A parceria inicial entre os dois campus da USP Capital,

teve como propósito garantir a criação de estratégias inovadoras, levando em consideração a complexidade ambiental e o desenvolvimento científico e tecnológico, de maneira que se pudesse implementar projetos socioambientais, desenvolvendo o sentido de pertencimento dos usuários dos campi.

Desta forma, a Educação Socioambiental cria um canal facilitador para que o diálogo aconteça entre as áreas de educação ambiental e comunicação, facilitando o intercâmbio de experiências, métodos e valores entre os vários cursos dos campi USP. As questões levantadas pela disciplina têm conseguido aproximar alunos, professores e áreas diversas de conhecimento, possibilitando inovar estratégias pedagógicas, alimentando uma reflexão crítica com o objetivo de desenvolver práticas de EA que possam ajudar nas mudanças de hábito e comportamento dos frequentadores dos campi.

Além dessa disciplina exercitar a comunicação midiática, acaba fortalecendo o tripé: Educação, Pesquisa e Extensão, que a Licenciatura em Educação, assim como a Universidade, está sustentada. Podemos entender esse tripé desta forma:

- a Educação, no sentido que propõe o filósofo Edgar Morin, que já está em curso e sob o prisma do pensamento complexo;
- como Pesquisa, enfatiza a necessidade de que a educação esteja sempre e definitivamente voltada à sociedade;
- e em relação à Extensão, representa um dos pontos mais importantes no alcance das metas propostas para a sustentabilidade: equilíbrio e continuidade.

Desta forma, a Universidade cumpri o seu papel ao gerar conhecimento para um público interno e externo e ao contextualizar a complexidade das questões socioambientais urgentes.

A Disciplina Educação Socioambiental

A Superintendência de Gestão Ambiental da USP (SGA), criada em 2012 com a finalidade de promover a sustentabilidade ambiental e construir, de forma

participativa, uma universidade sustentável, transformando a USP em um modelo para a sociedade, lançou, em 2013, o *Programa de Incentivo à Sustentabilidade na Universidade de São Paulo*, com o objetivo de apoiar financeiramente projetos de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica que pudessem promover a sustentabilidade socioambiental nos campi da USP. Dos inúmeros projetos inscritos, de toda a Universidade, foram aprovados cinco projetos de professores da ECA e entre eles o projeto da Profa. Dra. Lucilene Cury, do Departamento de Comunicações e Artes (CCA), numa parceria entre a ECA e a EACH, tendo como equipe executora a Profa. Dra. Rosely Liguori Imbernon EACH/USP e a doutoranda (à época) Carmen Lúcia Melges Elias Gattás. Como já citado, a disciplina Educomunicação Socioambiental foi criada a partir desse Projeto, sendo implementada em seguida através da aprovação pela Superintendência de Gestão Ambiental da USP (SGA) e sobretudo pelo Curso de Educomunicação no Departamento de Comunicações e Artes (CCA) da ECA/USP, em 2014.

O objetivo inicial do projeto foi fazer um levantamento das disciplinas ministradas pela USP em suas diversas unidades, que incluem a questão da sustentabilidade nos seus respectivos programas. A partir daí buscou a inter-relação entre os alunos das diferentes áreas do conhecimento, com o propósito de criar projetos de ação voltados à sustentabilidade na USP.

A disciplina optativa 'Educomunicação Socioambiental' do CCA, teve início no segundo semestre de 2014, com a Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan e colaboração da Prof^a. Dr^a. Carmen Lúcia Melges Elias Gattás.

A Educomunicação Socioambiental, enquanto disciplina, caracteriza-se por fornecer aos discentes, os conceitos essenciais para a compreensão da diversidade das práticas, dos saberes, das interações e intencionalidades da aprendizagem coletiva por meio de uma pedagogia de projetos. Sendo que a partir das complexas interações e intencionalidades da aprendizagem coletiva, resultaram em projetos temáticos, que resultaram em benefícios para a Universidade.

Portanto, a disciplina Educomunicação Socioambiental tem como propósito garantir a criação de estratégias inovadoras, que levem em consideração a com-

plexidade ambiental e o desenvolvimento científico e tecnológico, de modo a implementar projetos socioambientais por alunos de diferentes cursos, buscando despertar uma reflexão mais profunda no âmbito da sustentabilidade, ajudando também a despertar nos alunos um sentimento de pertencimento aos Campi da USP.

“Os projetos, em geral, promovem o empoderamento e a capacidade crítica dos atores envolvidos, que passam a ser mais proativos, participativos e avaliadores do espaço que habitam. Contribuem também para a melhoria da expressividade (...) e aumento do coeficiente expressivo dos atores sociais para que a Educomunicação ganhe mais legitimidade e possa expandir sua atuação” (TOTH, MERTENS, MAKIUCHI, 2012).

Essa disciplina pressupõe a formação de pessoas para utilizarem a comunicação como ferramenta de intervenção na realidade em que vivem, produzindo seus próprios canais de comunicação de forma coletiva. O desenvolvimento de um projeto de educomunicação socioambiental é necessário para o fortalecer as relações, a representatividade e a mobilização social.

As recentes tecnologias e mídias digitais têm se somado às pedagogias emergentes, sendo importantes aliadas da comunicação e da educação, principalmente para as novas gerações, que nasceram entre smartphones, tablets e outros dispositivos. Nesse sentido, quando a educação torna-se parceira da comunicação na busca da sustentabilidade pode tornar-se mais eficiente e divertida. Essa é a aposta desta disciplina.

A Política de Educação Ambiental da Universidade de São Paulo pela SGA

A Política de EA na USP, escrita por um grupo de trabalho coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Sorrentino (ESALQ), teve como representantes do Curso de Educomunicação, seu coordenador e prof. Ismar Soares e a pesquisadora e profa. Carmen Gattás. A Educomunicação passa a fazer parte de uma de suas linhas

de atuação, pelo Artigo 9, são traçadas as diretrizes da linha de atuação da Educomunicação:

- I. valorização e divulgação das iniciativas sobre meio ambiente, educação ambiental e sustentabilidade promovidas pelos distintos segmentos da comunidade USP;
- II. adoção e valorização de processos e linguagens deliberadamente inclusivas e participativas nas iniciativas de Educação Ambiental promovidas na e pela USP;
- III. formação dos distintos segmentos da comunidade USP para ampliação de conhecimentos e habilidades em educomunicação socioambiental, incluindo a utilização dos recursos e das tecnologias da informação e comunicação;
- IV. inserção de editorias sobre Educação Ambiental e sustentabilidade nos veículos de comunicação impressos, audiovisuais e digitais da Universidade;
- V. produção participativa e difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
- VI. ampliação da infraestrutura, do acesso e do uso de recursos tecnológicos de informação e comunicação para toda a comunidade universitária visando à promoção participativa da Educação e Gestão Ambiental na USP; potencialização da comunicação entre os promotores de Educação Ambiental e destes com a Universidade e com a sociedade (SGA, 2015).

E desta forma, a Educomunicação Socioambiental, conceito em construção, passa a ser entendido pela Superintendência de Gestão Ambiental (SGA) da USP, através da minuta que institui a Política de Educação Ambiental como:

Um campo que trabalha na interface entre educação e comunicação visando a promoção de estratégias e ações participativas e críticas na comunicação com intencionalidade educativa voltada às questões socioambientais. Envolve uma dinâmica coletiva, dialógica, democrática e colaborativa de produção e compartilhamento de conhecimentos e saberes socioambientais, com emprego das

linguagens e tecnologias da informação e da comunicação, para fins educacionais e de desenvolvimento social com alcance local e global (SGA, 2015).

As Práticas Educomunicativas e o Trabalho com os ODS

Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – é uma agenda universal que tem como missão a transformação de nosso planeta. Ela decorre do reconhecimento internacional de que a Educação é um fator essencial para o desenvolvimento sustentável – EDS – para que as mudanças ocorram de fato na sociedade. Esse movimento nasce durante as três cúpulas de desenvolvimento sustentável global, ou seja, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (ECO 92), no Rio de Janeiro; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 (World Summit on Sustainable Development – WSSD), em Johannesburgo, África do Sul; e durante a conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocorrida no Rio de Janeiro, em junho de 2012, onde foi desenvolvido um redirecionamento da humanidade para um caminho sustentável, mobilizando por três anos consecutivos milhares de pessoas em todo o mundo. Em setembro de 2015, a Assembleia Geral da ONU adotou uma agenda ambiciosa e universal para o Desenvolvimento Sustentável, a chamada Agenda 2030, onde encontram-se os 17 ODS cujos valores são universais, transformadores e inclusivos.

Para que os ODS possam tornar-se uma realidade será preciso um esforço de todos, com uma profunda transformação na forma de pensar e agir, onde todos possam tornar-se agentes de mudança para um mundo sustentável. Portanto, faz-se necessário uma educação que forneça conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que permitam capacitar os educandos para agirem de forma responsável, tendo consciências de suas ações afim de preservar o meio ambiente, poderem tomar decisões coerentes, possibilitando a viabilização da economia e de uma sociedade justa, para que se atinja o desenvolvimento sustentável para o presente e para as gerações futuras. Desta forma, a EDS tem como objetivo desenvolver uma educação de qualidade, verdadeiramente relevante e à luz dos desafios, conquistas e tecnologias atuais, com um ensino

de competências que capacitem os educandos a refletirem sobre as próprias ações, desde a educação pré-escolar até a educação superior e a educação não formal e informal, afim de que conscientizem-se da sua responsabilidade sobre os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais atuais e futuros, a partir de uma perspectiva local e global.

Apesar do texto dos ODS comentar sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e se reconhecer que o acesso à informação é fundamental para o desenvolvimento de sociedades democráticas e participativas, a comunicação e o direito à liberdade de expressão não estão entre os 17 ODS e suas 169 metas. Porém, os *princípios da Educomunicação* se encontram presentes nos ODS enquanto sensibilização para transformar a realidade.

Ao tomar alguns princípios da Educomunicação podemos encontrar as seguintes ODS, como se segue:

1. O princípio da *Dialogicidade*, onde o processo de sensibilização transforma a realidade dos agentes sociais ao favorecer a interlocução entre os sujeitos com equidade, respeito e democracia, estão a favor da proteção da vida num diálogo que fortalece:

- *A educação de qualidade* onde o aluno se reconhece como agente transformador e tornar-se protagonista de um conhecimento que lhe faz sentido;
- *A vida na água* (ODS 14) ao observar e reconhecer as necessidades desse habitat, fortalecer o diálogo pela conservação dos recursos dos mares;
- *A vida terrestre* (ODS 15) ao reconhecer as características e necessidades das espécies, poder proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

2. O princípio da *alteridade* que é a essência da educomunicação “ao conscientizar o sujeito perante o outro em suas especificidades, de modo a estabelecer interações respeitosas e colaborativa” (Documento em construção no NCE/ECA/USP, 2018) de modo a colaborar para:

- Igualdade de gênero (ODS 5);
- Trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8);

- Redução das desigualdades (ODS 10).

3. O princípio da *colaboração*, onde as relações colaborativas são consideradas essenciais para a construção de ecossistemas educacionais socioambientais na formação de:

- Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11);
- Consumo e produção responsável (ODS 12);
- Ação contra mudança global do clima (ODS 13);
- Parcerias e meios de implementação (ODS 17).

4. O princípio de *cidadania ativa* atuação cidadã emancipatória com vistas às práticas solidárias, ao desenvolvimento das competências, à liberdade, a autonomia dos agentes sociais e a plenitude dos seus direitos.

- A erradicação da pobreza (ODS 1);
- Fome zero e agricultura sustentável (ODS 2);
- Saúde e bem-estar (ODS 3);
- Água potável e saneamento (ODS 6);
- Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11);
- Consumo e produção responsável (ODS 12);
- Ação contra mudança global do clima (ODS 13);
- Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16).

5. É urgente incluir aos ODS o princípio educacional *democratização de acesso aos meios de comunicação* e para a produção de comunicação pelos sujeitos, já que a Educomunicação visa democratizar a comunicação, nesse caso para que os ODS passem a fazer parte da cultura humana

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educomunicação Socioambiental**. Série Documentos Técnicos 2. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Disponível em: http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt_2_programa_educomunicacao_socioambiental_4a_versao_maior_final.pdf (acesso realizado em 18/11/2015).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/txbase_educom_20.pdf (acesso realizado em 18/11/2015).

BRIANEZI, Thais, **Educomunicação Socioambiental promove cooperação entre escolas**, Portal SME, <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Educomunicacao-Socioambiental-promove-cooperacao-entre-escolas#.Vip6nMcT7RY>. facebook (acesso realizado em 18/11/2015).

BRIANEZI, T. S. . Qual a relação entre a educação ambiental e o direito à comunicação? In: SORRENTINO; PORTUGAL; CASTELLANO; BRIANEZI; FONSECA; MOURA; MORIMOTO; BATTAINI. (Org.). **Educação Ambiental e Políticas Públicas: conceitos, ferramentas e vivências**. 1ed. Curitiba: Editora Appris, 2012, v. 1, p. 141-150.

CITELLI. Adilson; COSTA, Cristina Castilho Costa (org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo, Paulinas, 2011.

CITELLI. Adilson, **Comunicação e educação: implicações contemporâneas** A Citelli - Comunicação & Educação, 2010 - periodicos.usp.br (acesso realizado em 12/02/2018).

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CURY; IMBERNON; GATTÁS. **A ECA e a EACH em união para a sustentabilidade na USP**. Projeto aceito para a implementação da disciplina Educomunicação Socioambiental pela Superintendência de Gestão Ambiental na USP, 2014).

GATTÁS, Carmen. **Novas Mediações na Interface Comunicação e Educação: a Educomunicação como proposta para uma Educação Ambiental transformadora**. Abril/2015, 217 páginas. Tese de Doutorado ECA/USP. São Paulo, 2015.

FALCÃO, Sandra Pereira. **Interfaces Colaborativas em Comunicação e educação Ambiental**. Fevereiro/2018, 469 páginas. Tese de Doutorado ECA/USP. São Paulo, 2018.

KAPLÚN, Mario in CITELLI, A. De O. e CASTILHO COSTA, M. C. (Orgs.). **Educomunicação, construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo, Paulinas, 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Ministério do Meio Ambiente**, Brasília, 2004

MATTELLART, A. **A construção social do direito à comunicação como parte integrante dos direitos humanos**. Intercom - Revista brasileira de ciências da comunicação. São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-50, jan./jun. 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Meio Ambiente**, Brasília, 2010. Disponível em: www.mma.gov.br (acesso realizado em 15/11/2015).

_____. **Educomunicação**, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educunicacao> (acesso realizado em 16/11/2015).

_____, ECA 92, 1992. www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em: <https://www.mec.gov.br/> (acesso realizado em 15/05/2018).

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Editora Piaget, 1990.

_____. **Cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O Ano I da Era Ecológica. A Terra depende do homem que depende da Terra**. Lisboa: Editora Piaget, 2016.

PORTAL SME. **Programa Nas Ondas do Rádio**. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Apresentacao-7> (acesso realizado em 16/11/2015)

PORTAL DO MEC LDB 9394/96 _ <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf> (acesso realizado em 18/11/2015).

_____. <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>

REVBEA, São Paulo, V.10, No 2: 149-162, 2015. revista brasileira de educação ambiental

SARTORI, Ademilde S.. SOARES, Maria S. P. **Concepção dialógica e as NTICs: A educomunicação e os ecossistemas comunicativos**. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, setembro 2005.

SARTORI, A. & MARTINI, R. **Inter-relações entre comunicação e educação: a Educomunicação nas práticas sociais e na educação a distância**. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - Natal 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-2148-1.pdf> (acesso realizado em 18/11/2015).

SARTORI, A. **A Educomunicação como resposta possível às inter-relações entre Comunicação e Educação: promoção de ecossistemas comunicativos.** Disponível em: http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/crartas/Internet/ponencias/GT18_43Sartori.pdf (acesso realizado em 18/11/2015).

SOARES, Ismar de O. **Educomunicação, o Conceito, o Profissional, a Aplicação.** São Paulo, Paulinas, 2011.

_____. **O Projeto EDUCOM.TV: Formação On-Line de Professores numa Perspectiva Educomunicativa.** Revista digital de tecnologia e educação a distância. Vol. 1. N. 1 nov. 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/tead/n1a/artigos2/artigo2.htm> (acesso realizado em 18/11/2015).

_____. **I. Caminos de La educomunicación: utopias, confrontaciones, reconocimientos.** Nómodas, Universidad Central, Bogotá, Colombia, n. 30, p. 194-207, Abril de 2009. (acesso realizado em 18/11/2015).

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) da USP, **Projeto A ECA e a EACH em união para a sustentabilidade na USP.** Disponível em: <http://www.sga.usp.br/wp-content/uploads/45.pdf> (acesso realizado em 18/11/2015).